

A integração entre policiais e moradores estimulou o empreendedorismo nas comunidades (Foto: Tânia Rêgo/ABr)

O negócio da segurança

Kalinka Iaquinto, do Rio de Janeiro

A instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas cariocas não apenas restaurou a sensação de segurança dos moradores dessas comunidades como tem incentivado o desenvolvimento e, em alguns casos, a formalização de negócios locais. Segundo a pesquisa *Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Laboratório de Análise da Violência (LAV-Uerj), entre janeiro de 2006 (pré-UPPs) e junho de 2011 (pós), o número de mortes violentas caiu quase 75% por mês e por comunidade. A guinada nas estatísticas impulsionou o turismo nesses locais e o espírito empreendedor dos moradores, que também puderam contar com novas políticas e serviços de apoio.

O esforço de pacificação contribuiu para aumentar o faturamento dos estabelecimentos do setor de serviços localizados dentro das favelas. "Antes, o crime era uma barreira, as pessoas não frequentavam a favela. Hoje se sentem mais à vontade para fazer isso", destaca Sérgio Guimarães Ferreira, diretor de informação da cidade do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) e coautor do livro *Rio, um estado em transição*, elaborado pelo IBRE/FGV. "A política de UPP foi fundamental para vender a marca do Rio como uma cidade integrada", completa.

Inclusão

Vinícius Assumpção, secretário especial de Desenvolvimento Econômico Solidário, concorda. "Ainda temos no Rio de Janeiro o que chamo de cidade economicamente partida, em que uma parcela da população que está segregada vem sendo incluída", fala, ao destacar que já se percebe mais vigor nos mercados entre comunidades e entre elas e o restante da cidade. "Há uma quebra das barreiras, e essa é a grande vitória da pacificação. O Rio está sendo revigorado economicamente, mas, sobretudo, culturalmente, porque estamos conseguindo

entender que a comunidade é um produto da cidade, faz parte do ser carioca", emenda.

Outro fator positivo nesse movimento empreendedor é que habilidades antes usadas para "bicos" hoje são vistas como oportunidades profissionais em diversas áreas, desde alimentação, moda, turismo ou hotelaria. "Na medida em que a pacificação criou a oportunidade de mercados antes não existentes, gerou o incentivo para que empreendedores latentes da comunidade se revelassem a partir da exploração dessas atividades", diz Sergio Ferreira, do IPP.

O antigo pescador e músico David Vieira Bispo, morador do Chapéu Mangueira, no Leme, é um dos beneficiados por essa mudança. Popular na região, Bispo tem levado o nome da comunidade para outras regiões do país e também para o exterior. Há cerca de dois anos e meio decidiu abrir um bar batizado com seu nome. "Fomos o primeiro boteco de morro a concorrer a prêmios de gastronomia", conta orgulhoso, já que seus petiscos foram premiados em duas edições seguidas. "Hoje, me reconheço como empreendedor. O Bar do David gera empregos, inclusive indiretos. A favela deixou de ser o patinho feio da cidade. As pessoas sentem que esse é um espaço reconquistado pela sociedade."

Também moradora da favela Chapéu Mangueira, a paraibana Regina Tchelly trabalhava como doméstica e cozinheira e há um ano investe em seu próprio projeto, o Buffet Favela Orgânica. Com a orientação do Sebrae, busca inovar na gastronomia a partir do bom aproveitamento dos alimentos, inclusive utilizando as partes usualmente descartadas. Além de ministrar oficinas como consumo e desperdício, gastronomia do aproveitamento total e de nutrição em várias comunidades, o bufê tem entre seus clientes empresas e universidades da cidade. O negócio funciona na casa de Regina, mas ela já traça novos planos.



David Vieira Bispo, do Bar do David, no Morro Chapéu Mangueira (Leme), tem seu trabalho reconhecido em concursos de gastronomia (foto: Divulgação CdBRJ)

"A longo prazo, pretendo ter espaço próprio para o Favela Orgânica em condições de produzir mais e poder atender melhor o crescimento da demanda. Também quero atuar junto a presídios, para contratar uma 'galera' que queira trabalhar com bufê alternativo."

Resistência

Apesar de os casos de empreendimentos em favelas inspirarem muitos moradores desses locais, nem todos buscam a formalização. Segundo o *Censo Favelas*,

O negócio funciona

Local	Alemão	Manguinhos	Rocinha
Na própria residência	37,1%	43,8%	12,6%
Em outro local	53,9%	51,4%	72,7%
Não informado	9,0%	4,8%	14,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Escolaridade do empresário

Escolaridade	Alemão	Manguinhos	Rocinha
Analfabeto	5,5%	5,1%	5,2%
1º Grau Incompleto	45,1%	55,7%	48,2%
1º Grau Completo	13,8%	11,5%	15,9%
2º Grau Incompleto	7,9%	8,9%	9,4%
2º Grau Completo	19,2%	13,0%	11,7%
Curso Técnico	0,3%	0,2%	0,3%
Superior Incompleto	1,6%	1,3%	0,8%
Superior Completo	2,2%	1,6%	1,1%
Pós-graduação	0,2%	0,2%	0,1%
Não informada	4,3%	2,5%	7,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Censo Favelas, da Secretaria de Estado da Casa Civil, via Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro (EGP-Rio) – 2008/2009.

feito pela Secretaria de Estado da Casa Civil por meio do EGP-Rio nas comunidades Rocinha, Complexo do Alemão e Manguinhos, entre 2008 e 2009, existiam 14.057 empreendedores ou empreendimentos nessas localidades, dos quais apenas 1.083 eram formais. A pesquisa mostra ainda que a maioria das pessoas não via a necessidade de legalizar seus negócios: 44,7% na Rocinha, e 35,4% no Complexo do Alemão.

A parceria do governo municipal com o Sebrae tem ajudado a aumentar a formalização, mas esse universo é ainda pequeno. "Temos hoje nas comunidades pacificadas cerca de 30 mil empreendimentos. Desses, 3,5 mil estão formalizados. É um número baixo, justamente porque a gente entende que a formalização vai ocorrer em um processo de mudança cultural, e não da noite para o dia", avalia Carla Teixeira, coordenadora de projetos de empreendedorismo do Sebrae/RJ em comunidades pacificadas.

"A favela é um ambiente extremamente informal. E a formalidade de um negócio tem a ver com a formalidade de um território", destaca a coordenadora do Sebrae ao lembrar que, até há pouco tempo, as regiões hoje com UPPs tinham serviços como água e luz obtidos de maneira informal, os conhecidos "gatos". "Quanto mais esses territórios forem se formalizando, mais a formalização do negócio vai ser importante."

"A favela é um ambiente extremamente informal. E a formalidade de um negócio tem a ver com a formalidade de um território"

Carla Teixeira

Sérgio Ferreira, do Instituto Pereira Passos, concorda. Para ele, a atuação do Estado e de seus parceiros é fundamental para que se tenha um ambiente formal. Mais que isso, ele acredita que as trocas comerciais entre empreendimentos nas comunidades, bem como esses e os demais da cidade e fora dela, devem incentivar a formalização. "Quando o empreendedor começar a atrair fornecedores mais exigentes, que solicitem notas fiscais, por exemplo, perceberá a importância de aderir à formalidade."

Há um ano, os governos municipal e federal instituíram o programa Rio Economia Solidária (Rio Ecosol) em quatro territórios: Complexo do Alemão e de Manguinhos, Cidade de Deus e Santa Marta (primeira comunidade a ser pacificada, em 2008). "Buscamos conhecer todo o tecido socioprodutivo da comunidade e, a partir disso, apoiar seu crescimento produtivo", explica o secretário Vinícius Assumpção.

Os resultados do programa mostram que na Cidade de Deus 57,9% dos empreendimentos não possuíam CNPJ; 81,8%, no Complexo do Alemão; 90,1%, em Manguinhos; e 72,6%, no Santa Marta. "Percebemos que há uma espécie de avalanche nessas comunidades pacificadas, pois todo mundo quer ser empreendedor. Então fizemos uma aliança com o Sebrae para formalizar uma série de empreendimentos", diz Assumpção. E completa: "Nosso objetivo é passar conceitos básicos de coletividade, mostrar uma nova forma de produção para que os negócios possam ser sustentáveis. Sabemos que incutir esses conceitos é difícil, especialmente em localidades com pouca informação, por isso criamos redes". As redes a que o secretário se refere são grupos de comerciantes locais que se unem, por exemplo, para fazer compras de matérias-primas ou para vender seus produtos de forma coletiva.

Na Cidade de Deus, foi criado o primeiro polo gastronômico em favelas, já com essa visão. Lá também teve origem o primeiro banco comunitário, com moeda social aceita em cerca de 200 dos 800 estabelecimentos comerciais da localidade.

Contudo, é sabido que nem todos os moradores de comunidades se transformarão em donos de seus negócios. Ainda existirão pessoas que venderão refrigerantes e água nas janelas de suas casas e que terão como público-alvo os próprios moradores. "Existem diferentes tipos de mercado dentro das comunidades. As biroscas, que vendem coisas para o dia a dia da comunidade, essas têm sido prejudicadas porque o público que movimenta o dinheiro lá dentro mudou", destaca Sabrina Ost, mestre em Administração Pública pela FGV e autora do trabalho *O mercado sobe a favela: um estudo sobre o Santa Marta*

Ramo da atividade da empresa

Atividade	Alemão	Manguinhos	Rocinha
Indústria	5,3%	8,1%	2,1%
Comércio	49,3%	22,9%	28,2%
Serviços	45,3%	53,5%	69,7%
Não informada	0,1%	15,5%	0,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Censo Favelas, da Secretaria de Estado da Casa Civil, via Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro (EGP-Rio) – 2008/2009.

pós-UPP. Já Ferreira, do IPP, acredita que os pequenos mercados e biroscas ainda serão a maioria dos comércios dentro das comunidades. Mas se essas pessoas estiverem nas rotas turísticas, a tendência é que sejam retiradas dali por comerciantes com mais visão, admite.

Formalidade e segurança

A importância de se ampliar a formalização desses territórios não está apenas em fomentar a economia, mas colaborar para o avanço da política de segurança. "Nesse sentido, a pacificação é muito bem-sucedida. Mas, para resolver os outros problemas da favela, são necessárias novas ações", avalia Carla Teixeira, do Sebrae.

Para Sérgio Ferreira, do IPP, junto com a política de segurança, é necessário que o Estado e suas parcerias reduzam custos para a adesão a normas por parte dos empreendedores. A não observância dessa orientação, alerta, pode levar à criação de mercados sem regras definidas. "Se o Estado se omitir, deixar de fazer esse esforço, podem surgir, nesses territórios, lugares onde tudo é permitido. Com isso, quem passaria a definir o que é ou não legal seria o agente privado, ou, o que é mais grave, agentes públicos exercendo uma função privada. Estamos falando aqui de corrupção, de pessoas assumindo poderes para desempenhar a função de protetor desses negócios, quando essa é uma prerrogativa do poder público", afirma, acrescentando que a Prefeitura conta hoje com o programa UPP Social para mobilizar e articular políticas e serviços municipais nas áreas pacificadas, a fim de consolidar os avanços obtidos no período pós-UPPs.

Reflexo imobiliário

O mercado imobiliário da cidade também sofreu impactos positivos com a instalação de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) em 28 favelas do Rio de Janeiro. O levantamento *Crime, preços de imóveis e desigualdade: o efeito das UPPs no Rio de Janeiro* feito por Benjamin Mandell, economista do Federal Reserve Bank de Nova Iorque, e Claudio Frischtak, presidente da Inter.B — Consultoria Internacional de Negócios, mostra um aumento dos preços dos imóveis, sobretudo daqueles mais próximos das unidades policiais. "Acreditamos que as UPPs contribuíram com mais ou menos 15% do crescimento médio dos preços, desde 2008. Claro que outras coisas, como a queda na taxa de juros, elevação do crédito e do nível de renda, além de mudanças institucionais, também foram importantes na movimentação desse mercado, mas as UPPs revelaram-se fundamentais", destaca Mandell.

A pesquisa indica que a instalação das UPPs contribuiu para reduzir a desigualdade de preços de imóveis na cidade. Mesmo entre os situados na mesma área, os mais baratos se colocaram acima da média em termos de preços. Outra conclusão do estudo é que as UPPs têm sido bem recebidas pela população. "Quando olhamos os efeitos das UPPs nos preços de imóveis ao longo do tempo, observamos uma leve tendência de alta. Isso pode ser um indicador de que a política de segurança ganha maior credibilidade com o passar do tempo", diz o economista norte-americano.

O lado negativo desse aumento no preço dos imóveis e do próprio crescimento das economias locais seria o que os pesquisadores chamam de "remoção branca", ou seja, a expulsão dos moradores pela alta do custo de vida. "Há muito temor de que a especulação imobiliária chegue ao ponto de tornar insuportáveis os custos de viver ali", ressalta Sônia Fleury, professora titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape/FGV) e coordenadora do Programa de Estudos sobre a Esfera Pública. (*K.I.*)